

# Um ano PERDIDO

VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

A preocupação é grande. Apesar das gritantes necessidades do país de virar a mesa e dar um salto maior no crescimento econômico aprovando uma série de reformas constitucionais, não será em 2006 que isso ocorrerá. As eleições presidenciais — associadas às comissões parlamentares de inquéritos (CPIs) — vão travar todas as possibilidades de o Congresso avançar em qualquer discussão. "Serão, portanto, três anos perdidos, pois em 2004 e 2005 não se aprovou nada de importante, que vão nos custar muito caro mais à frente, quando o mundo, que está em franco processo de crescimento, já não nos ajudar mais", diz o economista-chefe da Corretora Convenção, Fernando Montero. O mesmo sentimento de desesperança atinge o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. "Infelizmente, não há nenhuma chance de se aprovar qualquer grande reforma em 2006. Eu já perdi as esperanças", desabafa. O que mais assusta Montero, no entanto, é a perspectiva de que o próximo presidente, seja ele quem for, não tenha força suficiente para promover as mudanças que o Brasil precisa. "Certamente, a necessidade de reformas não estará no centro dos debates eleitorais do ano que vem. A tendência é de radicalização nas acusações, sobretudo se confirmada a polarização entre PT e PSL", diz. Para Montero, o presidente Lula estará em uma situação confortável para não encampar as reformas no ano que vem, já que todos os indicadores mostram que a economia vai crescer, impulsionada pelos gastos maiores do governo e pela queda dos juros. "Com os ajustes feitos na economia nos últimos anos, especialmente na área externa, o governo terá gordura para queimar. Mas todo mundo sabe que essa gordura é limitada e, cedo ou tarde, as fragilidades vão aparecer", acrescenta.

## Privilégios

A mesma avaliação é feita pelo chefe do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco. Que vai além: "O grande problema, que perturba a todos, é que o Brasil ainda não percebeu em que direção vai seguir e o que é preciso ser feito para crescer de forma consistente". Para ele, essa falta de visão é um problema cultural, fortalecido pelos interesses de classes que se beneficiam das benesses oferecidas pelo Estado e minam todas as tentativas de se pôr fim a elas. O caso mais gritante, avalia o economista da CNI, é a Previdência. Há uma elite, a do funcionalismo público, que continua a usufruir de privilégios vistos em poucos países do mundo.

De início, o governo Lula mostrou disposição de limitar os abusos e conseguiu aprovar uma mini-reforma no Congresso no final de 2003. Mas, com a ajuda do Senado, o funcionalismo derrubou parte importante das limitações e, do que sobrou, nada foi regulamentado até agora. O descaso é tão grande, lembra o economista-chefe do Banco ABC Brasil, Luís Otávio de Souza Leal, que mais de 40 mil servidores foram contratados pela atual administração federal, todos pelas regras antigas,



O MINISTRO DO PLANEJAMENTO, PAULO BERNARDO, DEFENDE OS INVESTIMENTOS OFICIAIS NA EDUCAÇÃO

## O QUE FALTA FAZER

Os efeitos das reformas estruturais

### Fiscal

✓ Melhorar a qualidade dos gastos públicos, reduzindo as despesas correntes (com a máquina) para ampliar os investimentos, principalmente em infra-estrutura.  
✓ Prorrogar e aumentar o percentual da Desvinculação de Receitas da União (DRU), hoje de 20%. Prorrogar ou tornar permanente a CPME. Diminuir o grau de vinculação das receitas.

### Previdência

✓ Reduzir os benefícios de aposentados do setor público e regulamentar as mudanças aprovadas em 2003 pelo Congresso, ampliando seus efeitos em estados e municípios.  
✓ Mudar a regra de tempo de contribuição para idade mínima de aposentadoria de homens e mulheres no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).  
✓ Combater as fraudes e reduzir o pagamento de benefícios indevidos.  
✓ Aumentar a fiscalização para coibir a sonegação e a informalidade no mercado de trabalho, o que aumentará a base de contribuintes da Previdência.

### Administrativa

✓ Reduzir o tamanho do Estado, inclusive com a extinção de vários ministérios.

Profissionalizar a mão-de-obra e aumentar o número de funcionários de carreira em cargos de confiança.  
✓ Eliminar desperdícios na gestão da máquina.

### Trabalhista e Sindical

✓ Estipular a negociação e o contrato coletivo de trabalho, reduzindo a intervenção judicial nos conflitos trabalhistas.

### Saneamento básico

✓ Estabelecer regras claras e consistentes para o setor, que incentivem os investimentos privados. É preciso superar, principalmente, a disputa entre estados e municípios sobre a titularidade dos serviços.

✓ Desonerar parte dos tributos que incidem hoje sobre a folha salarial, que chega a dobrar o custo de um funcionário com carteira assinada.  
✓ Restringir o número de sindicatos que proliferaram sem nenhum controle pelo país e definir o papel das centrais sindicais nos processos de negociação.

### Defesa da concorrência

✓ Acabar com a superposição de competências de vários órgãos e dar maior clareza aos conceitos que orientam suas decisões. Da forma como está estruturado hoje, o sistema não consegue coibir a tempo atos que prejudicam a concorrência.

### Licenciamento ambiental

✓ Dar maior agilidade às decisões, para estimular os investimentos produtivos. A falta de transparência e as contradições no licenciamento limitam o crescimento econômico do país. Não há, no Congresso, nenhum projeto que traga avanços para o país.

### Micross e pequenas empresas

✓ Agilizar o projeto que está em tramitação no Congresso, dando incentivos fiscais e trabalhistas às firmas de pequeno porte, as grandes empregadoras de mão-de-obra do país.

### Agências reguladoras

✓ Definir, com clareza, o papel dos órgãos reguladores. É preciso garantir a independência (inclusive financeira) e a transparência das agências, de forma que os investidores se sintam mais seguros. Dar estabilidade aos dirigentes.

### Saneamento básico

✓ Estabelecer regras claras e consistentes para o setor, que incentivem os investimentos privados. É preciso superar, principalmente, a disputa entre estados e municípios sobre a titularidade dos serviços.

### Política

✓ Impedir a infidelidade partidária.  
✓ Reduzir os custos e aumentar a transparéncia das campanhas eleitorais.  
✓ Punir com maior rigor os crimes políticos.

### Tributária

✓ Melhorar a eficiência do sistema arrecadatório, muito complexo.  
✓ Unificar as legislações do ICMS.  
✓ Diminuir o número de impostos indiretos e equilibrar a taxação sobre os ganhos de capital.

### Crédito

✓ Implantar a central de risco, para diferenciar os bons dos maus pagadores.  
✓ Reduzir a tributação sobre os empréstimos, para estimular os financiamentos de longo prazo.

### Jurídica

✓ Agilizar o julgamento dos processos, para que os custos caiam e a sociedade tenha a garantia de que os crimes serão punidos de verdade e com rigor.  
✓ Estabelecer a súmula vinculante e criar varas especializadas, para que temas mais específicos, como os ligados ao sistema financeiro, não se arrastam por anos a fio.  
✓ Dar segurança jurídica aos investimentos e à recuperação do crédito. O capital quer a garantia dos direitos da propriedade, evitando invasões em massa como se viu nos últimos tempos.

### Infra-estrutura

✓ Tornar mais ágil o processo de licitação do Ministério dos Transportes, para que o dinheiro seja aplicado nas obras.  
✓ Eliminar a burocracia e os altos custos para o atracamento de navios no país. A ineficiência só encarece os fretes, tirando a competitividade das exportações.

### Ceticismo

Nenhuma reforma será bem-sucedida, porém, se o governo não investir em educação, avalia Sérgio Werrang, que explica boa parte da grande desigualdade de renda. "Está provado que o aumento de produtividade de uma economia decorre muito mais da qualidade do ensino do que da elevação do número de anos de estudos", ressalta. O ministro do Planejamento endossa essa tese. "Por isso, o governo está tão empenhado em aprovar o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica)".

No caso da frágil infra-estrutura brasileira, que tira a competitividade do país e limita a expansão do Produto Interno Bruto (PIB), Paulo Bernardo faz meia culpa e afirma que o governo falhou ao não priorizar os investimentos nesse setor. "Mas vamos avançar muito. Temos a promessa do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, de que mais de 9 mil quilômetros de estradas serão recuperados no ano que vem", assinala.

Mas o ceticismo é grande. Nem mesmo as meninas dos olhos do presidente Lula, as Parcerias Públíco-Privadas (PPP), apontadas como a salvação para evitar o apagão da infra-estrutura brasileira (rodovias, portos, energia elétrica e saneamento básico), saíram do papel, apesar de já terem sido aprovadas pelo Congresso. "É esse tipo de paralisação que assusta e faz com que se projete taxas de crescimento tão medíocres para o Brasil", sentencia Nuno Câmara, economista, em Nova York, do banco alemão Dresdner Kleinwort Wasserstein.

## ...BAIXOS DO PAÍS

### Resultado nominal



### Resultado primário



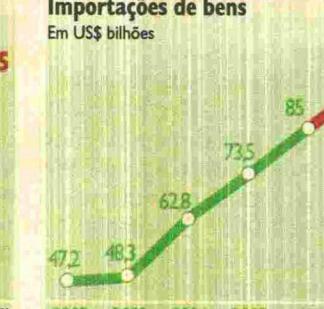
### Dívida líquida do setor público



### Exportações de bens



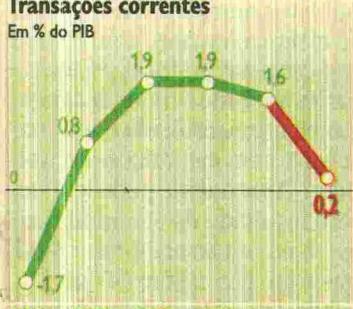
### Importações de bens



### Saldo da balança comercial



### Transações correntes



### Investimentos diretos de estrangeiros



### Dívida externa



### Dívida externa/Exportações de bens



### Reservas internacionais brutas



### Reservas internacionais líquidas

